

O som do apito

5 F E V 1994

Olíder tucano no Senado, Mário Covas (SP), está tiririca da vida. E não é só porque o Congresso empurrou para a semana que vem (será que sai?) a decisão sobre o Fundo Social de Emergência, a base do plano econômico do colega tucano, o ministro Fernando Henrique Cardoso. Covas está doido da vida com a incerteza em relação aos rumos imediatos do País". Em outras palavras, o senador cobra dos caros parlamentares, aliados ou opositores do governo, o óbvio: uma decisão em relação ao futuro, um sim ou não ao plano, uma resposta objetiva ao projeto econômico. "O que não dá mais é para ficar nesse chove não molha, nessa incerteza." E é catastrófico — mas fala com a entonação de quem sabe das coisas: "O País não tem todo o tempo do mundo, não pode ir para o limbo."

A ira de Covas — e os adjetivos e advérbios aqui usados expressam exatamente o tom com o qual as palavras saíram do vocabulário do senador — não é gratuita. Segundo ele, na quarta-feira fatídica, quando faltaram 16 votos para se decidir a alteração na pauta de votações do Congresso Revisor, havia mais do que número suficiente de deputados e senadores nas duas Casas.

"Só no Senado foram registradas as presenças de 75 dos 81 integrantes, um número que não me lembro ter sido alcançado em outras ocasiões", contabilizou. "E, na Câmara, havia seguramente mais de 400 deputados presentes." Ou seja, a alteração da pauta não foi fechada naquele dia — e sim na quinta-feira — simplesmente por causa do desinteresse ou dos interesses ocultos dos senhores parlamentares. Ocultos sim, mas boa parte deles ligada à campanha eleitoral.

Dessa forma, fica o registro: não houve gazeteiros demais no Congresso esta semana. O livro de presenças na entrada das duas Casas, embora o painel de votação mostrasse o oposto, estava cheio de assinaturas. É por isso que Covas cobra, com tanta ênfase, a definição em torno do Fundo Social de Emergência: "A função da ação política é de abrir horizontes, trazer a palavra de equilí-

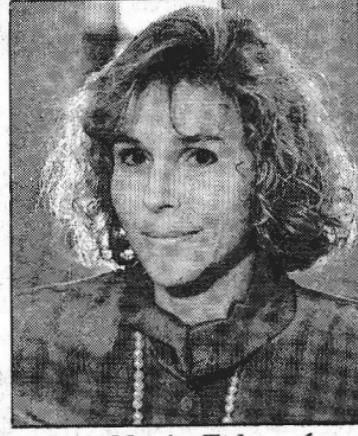
bro", observa. "O que não dá é para ficar empurrando uma decisão com a barriga, atrapalhando o País." Ele considera "legítimo" o Congresso até, se for o caso, optar por negar apoio tanto ao fundo quanto ao ministro da Fazenda.

Mas, reforça, a decisão tem de sair, ou a favor ou contrária à proposta, sem protelações.

Ele está tão indignado com essa ausência de decisão quanto com a aprovação do decreto legislativo que perdoou juros e correção monetária das dívidas contraídas por fazendeiros desde dezembro de 1979 e que obrigará o Banco do Brasil a desembolsar US\$ 23 bilhões. Isso no caso de o Senado não acabar com a brincadeira antes do estouro da boiada. "Eles conseguiram mais de 200 votos a favor, quando, para tentarmos inverter a pauta da revisão, não conseguimos, por exemplo, levar mais do que um dos 18 deputados do Maranhão", reclama Covas. "Espero que essa proposta morra no Senado", observa.

Apesar disso, o líder tucano está certo de que, sem uma "grande movimentação" da opinião pública, pode até ser que também por ali o tal decreto passe incólume. "Só existem dois lobbies fortes que realmente funcionam no Congresso: o da área rural e o dos funcionários", adverte Covas.

Aí ficam os alertas do senador tucano. Daqueles que fazem eleitor pensar e que mostram o quanto a revisão constitucional precisa mesmo caminhar. O voto distrital, seja misto ou puro, não pode ser mais adiado. Parlamentar tem de estar próximo de quem o elege para ser cobrado de perto, na casa da esquina: tem de explicar por que votou assim ou assado ou por que não votou. Não basta apenas atingi-lo no bolso, como pretende o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, com a ameaça de cortar o salário em dia de ausência. Tem de ser cobrado pelo eleitorado e pagar, nas urnas, pelo que deixou de fazer. Votar é parte de seu mandato. O que não dá para aceitar é a ausência de opinião. E nem pode se esconder do sim ou do não. Tudo registrado no placar eletrônico, como uma prestação de contas. É parte do jogo.



■ Ana Maria Tahan é jornalista

Covas: "Não dá para empurrar uma decisão com a barriga, atrapalhando o País"